BTCU Administrativo

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 50 | nº 100 | Quinta-feira, 26/10/2017

Atos do Presidente	1
Secretaria-Geral da Presidência	5
Instituto Serzedello Corrêa	5
Diretoria de Educação Corporativa de Gestão Estratégica e Pós-Graduação	5
Secretaria-Geral de Controle Externo	5
Coordenação-Geral de Controle Externo das Unidades nos Estados	5
SECEX-AP	5
SECEX-PI	6
SECEX-RS	7
Secretaria-Geral de Administração	8
Secretaria-Geral Adjunta de Administração	8
Secretaria de Engenharia	12
Secretaria de Gestão de Pessoas	13
Diretoria de Legislação de Pessoal	15
Diretoria de Pagamento de Pessoal	15
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	17

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3316-7279/3316-7869/3316-2484/3316-5249

Presidente

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Vice-Presidente

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLDÓ CEDRAZ DE OLIVEIRA
ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR
BRUNO DANTAS NASCIMENTO
VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

CARLOS ROBERTO CAIXETA
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União administrativo - Ano. 50, n. 6
(2017)- . Brasília: TCU, 2017- .

Diário.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da
União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS****PORTARIA-TCU Nº 461, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e tendo em vista as informações constantes do processo TC 021.354/2017-0, resolve:

ALTERAR, a partir de 3 de agosto de 2012, a Portaria-TCU Nº 236, de 08 de setembro de 2011, que alterou, a partir de 18 de janeiro de 2011, o fundamento legal da aposentadoria concedida pela Portaria nº 407, de 11 de setembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 1995, com redação dada pela Portaria nº 59, de 28 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999, que concedeu aposentadoria a FRANCISCO JADIR FARIAS PEREIRA, matrícula 464-2, no cargo de Analista de Finanças e Controle Externo (Área Controle Externo), atualmente Auditor Federal de Controle Externo, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para integralizar os proventos do servidor, com a inclusão do art. 190 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em razão do disposto no Acórdão 278/2007-Plenário, e autorizar, a partir de 3 de agosto de 2012, a isenção de IR, com base no art. 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 11.052, de 29 de dezembro de 2004, regulamentado pelo art. 39, inciso XXXIII, §§ 4º e 5º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e alteração da base de cálculo da contribuição social, com fundamento no § 21 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

RAIMUNDO CARREIRO

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-TCU Nº 462, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 28, inciso XXXIII, do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista as informações constantes do processo TC 029.494/2017-6, resolve:

Art. 1º Designar a Auditora Federal de Controle Externo (Área Controle Externo) CAROLINA ATHAYDE DE SOUZA MOREIRA, Matrícula 6548-0, para exercer, no Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, a função de confiança de Assessor de Procurador, Código FC-5, ficando, em consequência, dispensada da função de confiança de Especialista Sênior Nível III, Código FC-5, exercida no mesmo Gabinete.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-TCU Nº 463, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 28, inciso XXXIII, do Regimento Interno do TCU, e tendo em vista as informações constantes do processo TC 029.495/2017-2, resolve:

Art. 1º Designar o Auditor Federal de Controle Externo (Área Controle Externo) ANDRÉ LUIZ FRANCISCO DA SILVA VITAL, Matrícula 6232-4, para exercer no Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, função de confiança de Especialista Sênior Nível III, Código FC-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-TCU Nº 464, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Disciplina a aplicação dos artigos 207 a 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõem sobre as licenças à gestante, à adotante e a licença-paternidade.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das suas atribuições legais e regimentais; e

Considerando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a necessidade de disciplina interna das licenças à gestante, à adotante e da licença-paternidade;

Considerando a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que criou o Programa Empresa Cidadã destinado, entre outros objetivos, à prorrogação da licença-maternidade; norma posteriormente alterada pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir, entre outras medidas, a possibilidade de prorrogação da licença-paternidade;

Considerando o Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008, que instituiu o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, ao regulamentar a Lei nº 11.770, de 2008;

Considerando o Decreto nº 8.737, de 3 de maio de 2016, que instituiu o Programa de Prorrogação de Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, ao regulamentar a Lei nº 13.257, de 2016;

Considerando o Recurso Extraordinário com repercussão geral nº 778.889, relatado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso, DJe nº 51, de 18/3/2016, no qual foi declarada a inconstitucionalidade do art. 210 da Lei nº 8.112, de 1990, e fixada a tese de que os prazos da licença à adotante não podem ser inferiores aos da licença à gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações;

Considerando, ainda, o contido no processo TC-025.028/2017-0, RESOLVE:

DA LICENÇA À GESTANTE E À ADOTANTE

Art. 1º Será concedida à servidora gestante e à adotante de criança a licença por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º Para a parturiente, a licença se iniciará com o parto, mas poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, ou em data anterior, por prescrição médica.

§ 2º Para a adotante, a licença se iniciará na data em que obtiver a guarda judicial para adoção ou na própria adoção de criança, mediante apresentação do respectivo termo.

Art. 2º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.

§ 1º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

§ 2º No caso de a criança falecer durante a licença de que trata o art. 1º desta Portaria, excetuados os casos de aborto e natimorto, a servidora ou a adotante continuarão a usufruí-la pelo período que restar, salvo se requererem o retorno e este for homologado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep).

Art. 3º A licença à gestante ou à adotante deverá ser solicitada até o final do primeiro mês após o respectivo evento:

I - parto;

II - guarda judicial para adoção de criança; e

III - adoção de criança.

Parágrafo único. Nas situações em que a servidora ou a adotante entrarem em exercício no cargo público após o prazo estabelecido no *caput*, a licença deverá ser solicitada na mesma data em que ocorrer a entrada em exercício, o que garante o direito de gozo ao período que faltar ao complemento dos 120 (cento e vinte) dias a contar da data do parto, da guarda judicial para adoção ou da própria adoção.

DA LICENÇA-PATERNIDADE

Art. 4º Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos, a contar da data do nascimento, da guarda judicial para adoção ou da adoção.

§ 1º No caso de a criança falecer durante a licença de que trata o *caput*, o servidor continuará a usufruí-la pelo período que restar.

§ 2º O servidor deverá solicitar a licença mencionada no *caput* em até 2 (dois) dias úteis após o parto, a guarda judicial para adoção ou a adoção.

§ 3º Nas situações em que o servidor ou o adotante entrarem em exercício no cargo público após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a licença deverá ser solicitada na mesma data em que ocorrer a entrada em exercício, o que garante o direito de gozo ao período que faltar ao complemento dos 5 (cinco) dias a contar da data do parto, da guarda judicial para adoção ou da própria adoção.

DA PRORROGAÇÃO DAS LICENÇAS

Art. 5º Será garantida à servidora e ao adotante, sem prejuízo da remuneração, a prorrogação das licenças, na seguinte forma:

I - licença à gestante ou à adotante por 60 (sessenta) dias;

II - licença-paternidade por 15 (quinze) dias.

Art. 6º A prorrogação das licenças será concedida automática e imediatamente após a fruição da licença à gestante ou à adotante e da licença-paternidade, não sendo admitida a hipótese de prorrogação posterior ao retorno à atividade.

Art. 7º O(A) servidor(a) não fará jus à prorrogação na hipótese de falecimento da criança no curso das licenças à gestante, à adotante ou da licença-paternidade.

Parágrafo único. Caso o falecimento da criança ocorra no curso da prorrogação, esta cessa imediatamente, sem prejuízo do direito a afastamento previsto no art. 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 8º No período de prorrogação das licenças de que trata esta Portaria, os servidores beneficiários não poderão exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. O inadimplemento do disposto neste artigo implicará o cancelamento da prorrogação das licenças e o registro da ausência como falta ao serviço.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. O descumprimento dos prazos para a solicitação das licenças de que trata esta Portaria poderá ser suprido com a apresentação de justificativas hábeis até o final do prazo de prorrogação dos benefícios.

Art. 10. No caso de coincidir o período das licenças à gestante, à adotante ou da licença-paternidade, incluída a prorrogação, com o da fruição de férias; estas serão gozadas após o término da das mencionadas licenças, se outra data não houver sido requerida.

Art. 11. Cabe à Segep efetuar os registros referentes às licenças constantes desta Portaria em sistema informatizado.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria-Geral de Administração.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

Carlos Roberto Caixeta
Secretário-Geral de Administração

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA****DIRETORIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PÓS-GRADUAÇÃO****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR EM EVENTO EXTERNO****- Autorização -**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, Resolução-TCU nº 212/2008, Decisão-TCU nº 439/1998-Plenário e alínea d, inciso III do art. 10 do Anexo I da Portaria-ISC 8, de 21 de junho de 2017.

EVENTO: Assessoria de Imprensa Estratégica na Área Pública

PERÍODO: 11/11/2017

LOCAL: São Paulo/SP

AUTORIZO, na forma proposta no processo de interesse das servidoras relacionadas a seguir, a participação no evento descrito acima.

Em 24 de outubro de 2017

Participante	Lotação	Cargo	Matrícula	Diárias	Passagens	Inscrição (R\$)
ELAINE FERREIRA SOUZA DANTAS	SECOM	AUFC	7651-1	SIM	SIM	1.530,00
PAULA ROSANA SILVEIRA PILENGHI	SECOM	AUFC	6245-6	SIM	SIM	1.530,00

Nota: A atestação referente à viagem deverá ser feita pela unidade de lotação do servidor.

(TC 029.669/2017-0, para o pagamento de inscrições no total de R\$3.060,00)

(TC029.671/2017-5, para o pagamento de diárias e emissão de passagens aéreas)

ANDRÉ ANDERSON DE OLIVEIRA BARBOSA

Diretor da Diretoria de Educação Corporativa de Gestão Estratégica e Pós-Graduação (Digesp)

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DAS UNIDADES NOS ESTADOS****SECEX-AP****PORTARIAS****PORTARIA-SECEX-AP Nº 12, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

O Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Amapá, no uso de suas atribuições regulamentares, considerando as alterações publicadas pela Portaria-SEGEDAM n. 43, de 29 de dezembro de 2016, que atualizou a Portaria-SEGEDAM nº 60, de 29 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Designar os Técnicos Federais de Controle Externo ADRIANO DE BARROS VERINO, Matrícula 3380-4 e SEVERINO MANOEL DA SILVA, Matrícula 2131-8, para realizarem os inventários de verificação com periodicidade semestral dos bens móveis com alto risco de extravio do patrimônio da SECEX/AP durante o exercício de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDEM MENDES TERRA JUNIOR
Secretário

SECEX-PI

PORTARIAS

PORTARIA-SECEX-PI Nº 26, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando a autorização da Presidência (TC 012.887/2017-0), resolve:

Art. 1º Designar os Auditores Federais de Controle Externo HELANO MULLER GUIMARÃES, Matrícula TCU 2732-4, e WAGNER CAVALCANTI DE LIMA, Matrícula TCU 6521-8, para participar da 2ª Fase da Operação Escamoteamento, conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Piauí (Gaeco/MPPI), a realizar-se no dia 24/10/2017, com a participação das seguintes instituições: Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil do Estado do Piauí.

Art. 2º Com fundamento nos incisos IV, XVI e XVII do art. 1º, da Portaria-SEGEDAM n. 9, de 2 de janeiro de 2017, e de acordo com as disposições contidas nas Portarias TCU n. 625/1996 e 308/2015, conceder, aos servidores supra, nos seguintes termos:

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

(Portaria-TCU Nº 79/2012, Art. 25, Portaria SEGEDAM 10/12, Portaria TCU nº 625-GP/96 e Memorando nº 057/Segedam/GS-Circular, de 29/3/2001)

Nome/Matrícula	Cargo/ Função	Data Saída	Data Retorno	Qtde. Diárias	Valor Unit. (R\$)	Desc. Aux. Alim. (R\$)	Total (R\$)
HELANO MULLER GUIMARÃES	AUFC-FC-3	23/10/2017	24/10/2017	1,5	406,00	66,96	542,04
WAGNER CAVALCANTI DE LIMA	AUFC-FC-3	23/10/2017	24/10/2017	1,5	406,00	66,96	542,04

CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (Portaria TCU nº 53/91)

Nome	Matrícula	Nat. Despesa	Valor (R\$)	Prazo de aplicação	Prazo para comprovação
HELANO MULLER GUIMARÃES	2732-4	33.90.20	100,00	5 dias a contar da emissão da NE	5 dias a contar do término do prazo para aplicação

Observação:

A equipe efetuará o deslocamento Teresina / Tianguá-CE / Teresina, saindo de Teresina em 23/10/2017 e retornando em 24/10/2017. Deixa-se de pagar adicional de embarque, considerando que o deslocamento será em veículo oficial desta Secretaria.

Necessário Suprimento de Fundos para abastecimento do veículo.

LUIS EMÍLIO XAVIER DOS PASSOS
Secretário

SECEX-RS

PORTARIAS

PORTARIA-SECEX-RS Nº 16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º - Autorizar, com fulcro no art. 10, Parágrafo único, da resolução TCU nº 212/2008, o AUFC Carlos Fernando de Souza Fagundes, Matrícula TCU nº 366-2, a participar do XV Fórum Internacional de Administração 2017, no período de 25 a 27 de outubro de 2017, com carga horária de 21 horas, em Gramado/RS.

Art. 2º - O evento será de curta duração e sem ônus para o TCU.

GUILHERME YADOYA DE SOUZA
Secretário

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**DIÁRIAS****- Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente -**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 30 da Portaria-TCU nº 308/2015; incisos V, VI e VII do art. 1º da Portaria-Segedam nº 1/2017; §2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 143/2016; e inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016;

ATO DE DESIGNAÇÃO (AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM): Portaria-Correg nº 10, de 6/10/2017, à peça nº 1, e do Chefe de Gabinete da Corregedoria à peça nº 12;

ATIVIDADE/EVENTO: Inspeção ordinária na Secex/GO;

LOCAL/PERÍODO: Goiânia/GO, no período de 25 a 27/10/2017;

ATESTAÇÃO: Corregedoria.

Em 23 de outubro de 2017

NOME / MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC. AUX.-ALIM.	TOTAL/ DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO-2017)	TOTAL A PAGAR ⁽¹⁾
RICARDO ANDRÉ BECKER/2736-7	A UFC/FC-5	26 a 27/10/2017	0,5	1,5	748,41 ⁽²⁾	66,96	799,25	300,00	1.099,25	25,57	1.073,68
			1		492,00						

Notas: 1 - valores sujeitos a ajuste e devolução parcial, caso a interpretação definitiva do inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016 (LDO/2017) fixar valor menor a ser pago aos beneficiários; 2 - meia diária de assessoramento em conformidade com o art. 24 da Portaria-TCU nº 308/2015, consoante peça 13.

COLABORADOR EVENTUAL	CPF	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC. AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB/DES.	TOTAL GERAL
MÁRCIO RODRIGO DALOSTO	955.235.611-34	26/10/2017	0,5	-	347,00	-	173,50	300,00	473,50

(TC 028.503/2017-1)

DELENDIA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Dirigente da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

DIÁRIAS**- Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente -**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 30 da Portaria-TCU nº 308/2015; incisos V, VI e VII do art. 1º da Portaria-Segedam nº 1/2017; § 2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 143/2016; e inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016;

ATO DE DESIGNAÇÃO (AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM): Autorização do Coordenador-Geral da Coestados;

ATIVIDADE/EVENTO: Construção de indicadores de governança aplicados à Fronteira junto à Semag e à SecexAdmin - Sistema Viajar - evento nº 355/2017;

LOCAL/PERÍODO: Brasília-DF, de 26 a 28/10/2017;

ATESTAÇÃO: SECEX-MS - Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 24 de Outubro de 2017

NOME/MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO/2017)	TOTAL A PAGAR ⁽¹⁾
MARIO JUNIOR BERTUOL 3057-0	AUFC FC-4	26 a 28/10/2017	2,5	2	R\$ 438,00	R\$ 89,28	R\$ 1.005,72	R\$ 300,00	R\$ 1.305,72	R\$ 0,00	R\$ 1.305,72
TIAGO MODESTO CARNEIRO COSTA 6583-8	AUFC FC-5	25 a 28/10/2017	3,0	3	R\$ 492,00	R\$ 133,92	R\$ 1.342,08	R\$ 300,00	R\$ 1.642,08	R\$ 0,00	R\$ 1.642,08
PAULO AFFONSO BARBOSA FILHO 5054-7	AUFC	26 a 28/10/2017	2,5	2	R\$ 375,00	R\$ 89,28	R\$ 848,22	R\$ 300,00	R\$ 1.148,22	R\$ 0,00	R\$ 1.148,22

Notas: 1 - valores sujeitos a ajuste e devolução parcial, caso a interpretação definitiva do inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016 (LDO/2017) fixar valor menor a ser pago aos beneficiários.

DELENDIA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Dirigente da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

DIÁRIAS**- Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente -**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 30 da Portaria-TCU nº 308/2015; incisos V, VI e VII do art. 1º da Portaria-Segedam nº 1/2017; § 2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 143/2016; e inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016;

ATO DE DESIGNAÇÃO (AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM): autorização do Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul;

ATIVIDADE/EVENTO: IV Seminário Fronteiras do Brasil - Perspectivas para o futuro - Sistema Viajar - evento nº 356/2017;

LOCAL/PERÍODO:Foz do Iguaçu-PR , de 25 a 26/10/2017;

ATESTAÇÃO: SECEX-MS - Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul.

Em 24 de Outubro de 2017

NOME/MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO/2017)	TOTAL A PAGAR ⁽¹⁾
MARIO JUNIOR BERTUOL 3057-0	AUFC FC-4	25 a 26/10/2017	0,5	0,5	R\$ 438,00	R\$ 22,32	R\$ 196,68	R\$ 0,00	R\$ 196,68	R\$ 0,00	R\$ 196,68

Notas: 1 - valores sujeitos a ajuste e devolução parcial, caso a interpretação definitiva do inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016 (LDO/2017) fixar valor menor a ser pago aos beneficiários; 2 - pagamento de meia diária relativa ao dia 25/10/2017, nos termos do art. 22, §1º, inciso III, da Portaria-TCU nº 308/2015; 3 - pagamento de diária e adicional de embarque e desembarque no Evento Viajar nº 355/2017.

DELEDA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Dirigente da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

DIÁRIAS**- Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente -**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 30 da Portaria-TCU nº 308/2015; incisos V, VI e VII do art. 1º da Portaria-Segedam nº 1/2017; § 2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 143/2016; e inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016;

ATO DE DESIGNAÇÃO (AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM): Designação do Dirigente da Secretaria-Geral de Controle Externo-Segecex;

ATIVIDADE/EVENTO: USP Evento comemorativo 10 anos - RCO - Temática Corrupção e Fraudes - Sistema Viajar - evento nº 366/2017;

LOCAL/PERÍODO: Ribeirão Preto-SP, de 26 a 27/10/2017;

ATESTAÇÃO: Seccor - Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção.

Em 24 de Outubro de 2017

NOME/MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO/2017)	TOTAL A PAGAR ⁽¹⁾
RENATA PINHEIRO NORMANDO 8591-0	AUFC	26 a 27/10/2017	1,0	1	R\$ 375,00	R\$ 44,64	R\$ 330,36	R\$ 300,00	R\$ 630,36	R\$ 0,00	R\$ 630,36

Notas: 1 - valores sujeitos a ajuste e devolução parcial, caso a interpretação definitiva do inciso XIV do art. 18 da Lei nº 13.408/2016 (LDO/2017) fixar valor menor a ser pago aos beneficiários; 2 - A servidora faz jus a duas meias diárias, nos termos do Art. 22, § 1º, inciso III, da Portaria-TCU nº 308/2015.

DELEDA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Dirigente da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

RESSARCIMENTO DE DESPESAS
- Autorização de Pagamento -

FUNDAMENTO: Portaria-Segedam nº 1/2017; e Portaria-TCU nº 625/1996.

Em 24 de outubro de 2017

NOME/MATRÍCULA	DESPESA	TRECHO	RESSARCIMENTO
MARCIO FERNANDO SUETH DA SILVA / 8595-2	Aquisição de passagem aérea para deslocamento para nova sede em virtude de remoção de ofício nos termos da Ordem de Serviço-Segedam nº 48/2017	Brasília/João Pessoa	533,93 ⁽¹⁾

Notas: 1 - consoante comprovantes à peça nº 8.

(TC 027.423/2017-4)

DELENDA ASSUNÇÃO ARAÚJO BRUNO
Dirigente da Secretaria-Geral Adjunta de Administração

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTE
- Autorização -

Em 25 de outubro de 2017

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 3º e 5º da Portaria-TCU nº 625, de 27 de novembro de 1996, c/ a redação dada pela Portaria-TCU nº 291, de 29 de dezembro de 2010, c/c a Portaria-Segedam nº 100, de 26 de dezembro de 2008; e inciso III do artigo 1º da Portaria-Segedam nº 1, de 2 de janeiro de 2017.

AUTORIZANDO, no processo de interesse do servidor, abaixo indicado, o ressarcimento do valor gasto com transporte de mobiliário, bagagem e automóvel, tendo em vista sua remoção, de ofício, da Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - SecexFazenda/Segecex, para a Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex-PB/Segecex.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	VALOR/DESPESA
MARCIO FERNANDO SUETH DA SILVA/AUFC/Matricula 8595-2	R\$ 3.596,00 (três mil, quinhentos e noventa e seis reais)

(TC 027.423/2017-4)

DELENDA ASSUNÇÃO ARAUJO BRUNO
Secretária-Geral Adjunta de Administração

SECRETARIA DE ENGENHARIA

PORTARIAS

PORTARIA-SENGE Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ENGENHARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no Art. 1º, inciso II, da Portaria-Segedam nº 7, de 4 de fevereiro de 2017, e com fundamento no Art. 67, da Lei nº 8.666/1993, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para exercer a atribuição de fiscais do Contrato nº 31/2017-TCU firmado com a empresa ORION TELECOMUNICAÇÕES, ENGENHARIA S/A, cujo objeto é a prestação dos serviços de engenharia para implantação de sistema de esgoto a vácuo no Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF.

NOME DO SERVIDOR	MATRICULA
VERGILIO COELHO FILHO	2172-5
TIAGO TOLENTINO DE OLIVEIRA	6716-4
JOEL RODRIGUES SANTIAGO	3019-8
ANTONIO MENDES DE SOUZA	2997-1
LUIZ CLAUDIO DE ANDRADE	2781-2
AIRTON SILVA CAMARGO	2778-2
VALTER RODRIGUES SILVINO	3405-3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SINOMAR TÓTOLI JÚNIOR
Secretário de Engenharia

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAIS

EDITAL-SEGEPE Nº 7/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAIS GESTORES

RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL

A Secretaria de Gestão de Pessoas (Segepe), em conformidade com Edital-Segepe nº 2, de 22 de agosto de 2017, torna público o resultado preliminar do Processo de Identificação de Potenciais Gestores, após a etapa de classificação para a fase de ações de desenvolvimento.

1. CANDIDATOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Candidato(a)	Lotação	Matrícula	Pontuação	Grau de aderência (%)
Fábio Mafra	Secex-SC	5081-4	54,9	91,5
Marcelo Leite Freire	SeinfraElétrica	10203-2	53,2	88,7
Regivalder Pereira da Silva	Secex-MT	10200-8	52,7	87,8
Vinicius Zacarias Madela	SecexAdmin	6550-1	52	86,7
Fabricao Helder Mareco Magalhães	Secex-CE	9493-5	51,8	86,3
Claudionor Moura Nunes Júnior	SeinfraPetróleo	9468-4	50,4	84,0
Luiz Felipe dos Santos Bringel	Secex-AM	10179-6	50,2	83,7
Ricardo de Abreu Resende	SeinfraPorto	10231-8	49,7	82,8
Glauco Garcia Scandaroli	SeinfraElétrica	10626-7	49,5	82,5
Cristhian Gärtner dos Santos Camilo	SecexEstataisRJ	4568-3	48	80,0
Rogério Cesar Mateus Corrêa	Secor	7691-0	47,8	79,7
Leandro Santos de Brum	Secex-RS	3582-3	47,7	79,5
Sandro Rodrigues Costa	Secex-RJ	8147-7	47,6	79,3
João Marcos Ribeiro de Santa Ana	Senge	10595-3	46,7	77,8
Bruno Freitas Freire	Secex-PE	8596-0	45,9	76,5
Marcelo Rocha do Amaral	SeinfraPetróleo	3437-1	43,2	72,0
Gustavo Dantas Carrijo	SeinfraElétrica	9405-6	42,2	70,3
Marcelo José Cruz Paiva	Secex-PA	3615-3	33,9	56,5
José Carlos Leone Tavares de Jesus	Secex-SE	2332-9	28,1	46,8

1.1 A classificação dos candidatos nesta fase observou a ordem decrescente da pontuação obtida como resultado da avaliação de potencial e da entrevista, que somaram até 40 pontos, mais a análise situacional, com até 20 pontos, totalizando o máximo de 60 pontos, em conformidade com o subitem 4.8 do Edital-Segepe nº 4, de 21 de setembro de 2017.

1.2 Em caso de empate, terá preferência o candidato inscrito mediante indicação da unidade e, permanecendo o empate, será utilizado o total de pontos do Reconhe-Ser acumulados até o encerramento do último ciclo de avaliação, em conformidade com o subitem 4.9 do Edital-Segepe nº 4, de 2017.

1.3 Conforme subitem 5.7 do Edital-Segep nº 2, de 2017, passarão para a fase seguinte até 24 (vinte e quatro) candidatos, segundo a ordem de classificação, desde que o candidato tenha alcançado o mínimo de 50% de grau de aderência, nos termos dos subitens 5.3.4 e 5.7 do referido Edital.

1.4 Cada candidato terá acesso ao Formulário de Avaliação Individual, conforme subitem 4.7.3 do Edital-Segep nº 4, de 2017, bem como à cópia da Análise Situacional, com a pontuação recebida.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 O subitem 4.8 do Edital-Segep nº 4, de 2017, tornou sem efeito o subitem 5.2 do Edital-Segep nº 2, de 2017.

2.2 No subitem 2.5 do Edital-Segep nº 4, de 2017, onde se lê “nos subitens 2.4 a 2.6”, leia-se “nos subitens 2.2 a 2.4”.

2.3 O candidato que discordar da classificação poderá interpor pedido de reconsideração a ser encaminhado, por documento eletrônico, pelo e-TCU, ao SEGEP/SMC, com assinatura eletrônica, no prazo de até dois dias úteis, contados da publicação deste edital, conforme subitem 4.10 do Edital-Segep nº 4, de 2017.

2.4 Os pedidos de reconsideração serão analisados pela Comissão Avaliadora.

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA
Secretário de Gestão de Pessoas

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

AUXÍLIO-MORADIA - Deferimento-

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 60-A da Lei nº 8.112/90, acrescida pela Medida Provisória nº 301/2006, e convalidada pela Lei nº 11.784/2008; Portaria-TCU nº 46/2007 e suas alterações; e subdelegação de competência constante da Portaria-Segedam nº 3/2017.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, o pedido de concessão de auxílio-moradia, a partir de 10/10/2017, na forma proposta pela Diretoria de Legislação de Pessoal - Dilpe.

Em 24 de outubro de 2017

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PROCESSO
MÁRCIO FERNANDO SUETH DA SILVA/AUFC/8595-2	TC- 029.557/2017-8

FERNANDO LUIZ SOUZA DA EIRA
Secretário

DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****FÉRIAS****- Reconhecimento do direito e Dispensa de período aquisitivo -**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 77, § 1º, da Lei nº 8.112/1990; art. 1º, §§ 1º e 2º, da Portaria-TCU nº 16/1998 e subdelegação de competência constante da Portaria-Segep nº 02/2017.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, o reconhecimento de 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2017 e a dispensa do período aquisitivo de 12 meses para gozo de férias referentes ao exercício de 2018, tendo como marco inicial a data de 27/05/2013, na forma proposta pelo Serviço de Concessão de Vantagens e Direitos - SCV.

Em 25 de outubro de 2017

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PROCESSO
PAULO GUSTAVO HENRIQUES DE MIRANDA SANTOS/AUFC/11107-4	TC-027.261/2017-4

ALEXANDRE PEIXOTO FIGUEIRA
Diretor

DIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL**PORTARIAS**

PORTARIA-DIPAG Nº 508, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1º da Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a contar de 02 de outubro de 2017, PRISCILA DE ABREU LINS BERGMANN, Matrícula 8676-2, AUFC, da função de confiança de Assistente - CC, código FC-1, exercida no Gabinete do Ministro José Mucio Monteiro.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA
Diretor

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-DIPAG N° 509, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1º da Portaria n° 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar KAREN FRANÇA DE OLIVEIRA, Matrícula 8599-5, AUFC, para exercer, no Gabinete do Ministro José Mucio Monteiro, a função de confiança de Assistente - CC, código FC-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA

Diretor

(Publicado no DOU Edição n° 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-DIPAG N° 510, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1º da Portaria n° 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar KAREN FRANÇA DE OLIVEIRA, Matrícula 8599-5, AUFC, para exercer, interinamente, no Gabinete do Ministro José Mucio Monteiro, a função de confiança de Assistente - CC, no período de 02/10/2017 a 25/10/2017.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA

Diretor

PORTARIA-DIPAG N° 513, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1º da Portaria n° 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, e tendo em vista o que consta da Portaria-CCG n° 11, de 29 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Designar THIAGO CARDOSO STORCH SECUNDO LOPES, Matrícula 10687-9, AUFC, para exercer, na Secretaria de Controle Externo da Educação e do Desporto - SecexEducação/SEGECEX, a função de confiança de Especialista Sênior I, código FC-3, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA

Diretor

(Publicado no DOU Edição n° 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

PORTARIA-DIPAG Nº 514, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

O DIRETOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto nos incisos IV, V e VI do art. 1º da Portaria nº 2, de 2 de janeiro de 2017, do Secretário de Gestão de Pessoas deste Tribunal, e tendo em vista o que consta da Portaria-CCG nº 16, de 02 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Designar THIAGO ALVES DE CASTRO, Matrícula 10686-0, AUFC, para exercer, na Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - SEFTI, a função de confiança de Especialista Sênior I, código FC-3, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO RODRIGUES PEREIRA DA COSTA
Diretor

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

RETIFICAÇÕES

Retificar o Art. 1º da Portaria-DIPAG nº 469, de 29 de setembro de 2017, publicada no DOU de 02 de outubro de 2017, Seção 2, página 87, para que onde se lê: Art. 1º Designar REGINALDO SOARES DE ANDRADE, Matrícula 3013-9, AUFC, para exercer, na Secretaria de Engenharia - Senge/SEGEDAM, a função de confiança de Especialista Sênior I, código FC-3. Leia-se: “Art. 1º Designar REGINALDO SOARES DE ANDRADE, Matrícula 3013-9, AUFC, para exercer, na Secretaria de Engenharia - Senge/SEGEDAM, a função de confiança de Especialista Sênior I, código FC-3, no período compreendido entre a data de publicação desta Portaria e 31 de março de 2018”.

DIPAG, em 25 de outubro de 2017.

LUIZ EDUARDO PEREIRA RODRIGUES DA COSTA
Diretor

(Publicado no DOU Edição nº 206 de 26/10/2017, Seção 2, p. 48)

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR
- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; § 2º do art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2017.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação Orçamentária e Financeira (SPR/Dipex), a Despesa de Exercício Anterior (DEA) abaixo:

Em 18 de outubro 2017

FAVORECIDO	OBJETO	EXERCÍCIO	VALOR	PROCESSO
Cast Informática S.A.	Pagamento parcial de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 4916, referente ao Contrato nº 20/2013, tendo por objeto a prestação de serviços presenciais e não presenciais de desenvolvimento, manutenção e testes de sistemas de informação.	2015	R\$ 32.300,55	TC-028.346/2016-5

JOSÉ ELIOMÁ OLIVEIRA ALBQUERQUE
Secretário da Secof